



15. Escola Pública pilar de liberdade e igualdade

15.1. Uma Escola Pública de Todos, com Todos e para Todos.

O Bloco de Esquerda apresenta um programa que tem como objetivo ultrapassar as ideias feitas sobre Educação, valorizando as diferentes dinâmicas de educação formal, informal e não formal que acontecem ao longo da vida, nas diferentes instituições e espaços sociais, culturais e educativos. A escola não é um mero reflexo do que a rodeia, é, sim, um sistema evolutivo e dinâmico, que tem de pensar a Educação de um ponto de vista emancipatório, reconhecendo o seu potencial libertador e de transformação.

Hoje, os pressupostos do neoliberalismo invadem o pensamento e prática educativa, patentes nos discursos e nas políticas educacionais, centradas nos resultados estatísticos, no individualismo e na meritocracia, numa lógica meramente escolar, isto é, mecânica e estritamente técnica.

Propomos devolver a democracia às escolas, como espaço de liberdade cidadã, de criação, de escuta ativa, de pensamento crítico, de expressão da vida, através de experiências realmente educativas.

Quando falamos de escola pública universal de qualidade falamos de um projeto de todos, com todos e para todos, que acolha a diversidade e combata as desigualdades. Falamos da necessidade de reconhecer que não há uma Escola, mas muitas escolas, com pluralidade social e cultural em articulação com dimensões políticas, sociais, culturais e geográficas.

O fenómeno não é novo e vem de longe. A ideologia neoliberal contaminou a Educação com a linguagem e o pensamento da gestão, das lideranças e da economia (o verdadeiro “eduquês”) e acarretou a secundarização das Ciências Sociais e Humanas e da Educação e o retrocesso a uma educação tecnocrática, positivista e meritocrática, fortemente reprodutora das desigualdades sociais. O melhor exemplo é o ensino profissional, que funciona como uma escola dentro da escola, que tem como função absorver os alunos e alunas com “menor sucesso académico”.

Como se constrói um modelo educativo que seja ao mesmo tempo virado para a liberdade e igualdade e responda às necessidades sociais, é o desafio que temos pela frente. Um modelo educativo que, em vez de reproduzir e ampliar diferenças sociais, seja um impulso contra as desigualdades, uma escola verdadeiramente inclusiva. Uma escola que seja um modelo de aprendizagem cívica, ecológica, contra qualquer discriminação, sobretudo as de etnia, género, orientação sexual, religião ou outras.

A proposta de uma Escola Inclusiva só se efetiva quando é assumida por todas as dimensões do sistema e o transforma qualitativamente, ao mesmo tempo que se perfila no combate contra a exclusão, o preconceito e a desigualdade. É a construção de um sistema educativo onde todos

sentem que pertencem, são aceites e valorizados por igual. Representa uma transformação real das práticas e da organização da escola e a sua implementação mede-se pela forma como é vivida em cada dia para todos os alunos, devendo ter especial impacto nos que estão em minoria, em desvantagem ou risco de exclusão, pois terá de ser uma escola com equidade e respeito pelos direitos humanos.

A escola que prepara para o futuro não é compatível com modelos pedagógicos pouco experimentais, decorrentes do elevado número de alunos por turma e da necessidade de formar e treinar para exame, sem que promovam a participação. Há ainda um caminho pela frente até a escola pública conseguir eliminar o abandono escolar em todos os ciclos, baixar as taxas de retenção e assegurar a possibilidade de terminar a escolaridade obrigatória, garantindo igualdade de oportunidades e frequência para que a sua conclusão seja uma realidade em toda a sociedade.

Do ponto de vista curricular, ao mesmo tempo que há uma ofensiva de direita contra conteúdos vistos como mais progressistas, temos também uma enorme incoerência resultante de inúmeras pequenas reformas e da inadaptação a novos contextos técnicos e sociais. É urgente uma coerência curricular que respeite a autonomia das escolas, professores e alunos, mas também que não despreze o conhecimento, as humanidades, a arte e o desporto. A escola deve adaptar-se ao mundo que a rodeia e às necessidades sociais, mas não da forma que a direita pretende, tornando-as num apêndice do centro de emprego.

Até as tentativas de implementar práticas pedagógicas inovadoras, como o programa de autonomia e flexibilidade curricular e a introdução de aprendizagens essenciais, esbarram na continuidade de programas desajustados, em alguns casos, metas curriculares inalcançáveis, um modelo de avaliação obcecado por exames e na desarticulação entre os novos modelos desejados e a ausência de alterações significativas na formação inicial e contínua de professores.

A Escola também tem um papel muito importante no combate às alterações climáticas, na forma como reorganiza ou estabiliza as comunidades, diminuindo o consumo de energia ou na forma como podemos construir uma sociedade a uma escala sustentável. É também promotora de hábitos sustentáveis como a mobilidade alternativa e a valorização do património natural, em detrimento do consumo acelerado e massificado.

Para além da aprendizagem formal, a escola é lugar de convívio e de fraternidade, devendo ser um espaço de segurança para todas as pessoas se exprimirem em liberdade. Os currículos escolares devem também garantir a melhor formação a todos os que vivem na escola, sem invisibilizar nem desumanizar, com direito à dignidade, por exemplo no estudo de História e das memórias coletivas

Uma escola inclusiva desenvolve uma educação antirracista e garante uma verdadeira educação para a sexualidade, que seja laica e promova o sucesso a expressão individual e a participação de todas as crianças e jovens. Uma educação para a cidadania que também revisita, entre outros, o tema da Educação para a Paz, da não violência, do respeito e acolhimento, respondendo e prevenindo o ódio que se vem normalizando.

Outra preocupação é a transferência de competências para os municípios que ameaça a desejada autonomia administrativa e financeira das escolas e, em alguns casos, até a sua autonomia pedagógica.

Com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, há muito que a principal questão deixou de ser o acesso à educação básica. Pede-se hoje à Escola quase tudo e não se pode exigir menos: que seja espaço de aprendizagem para a cidadania, para a liberdade, para os conhecimentos técnicos e científicos atuais, para a cultura, a arte e o desporto. Não há escola inclusiva sem uma política educativa que trabalhe esse objetivo.

Não existe aprendizagem para a democracia, sem que esteja baseada numa prática democrática. A escola tem que adotar modelos de gestão e funcionamento democráticos, revogando a legislação antidemocrática que subsiste. A revogação da legislação sobre gestão escolar e estatuto do aluno, entre outras, é uma prioridade do Bloco de Esquerda. Defendemos um modelo em que haja maior participação de alunos, professores, restantes profissionais e os encarregados de educação.

Esta é a Escola Pública que defendemos e queremos continuar a construir com todos os profissionais da educação, pais e alunos, como uma das principais conquistas do 25 de abril e de um Portugal democrático e moderno. Isso significa que pela frente está o desafio de uma transformação ampla de dentro para fora, discutindo temas como a adaptação dos currículos e dos programas, através de um processo de reforma curricular participado por toda a comunidade educativa, mas também a democratização e autonomia das escolas, a participação de docentes e não docentes na organização da escola, a valorização de todos os profissionais e o respeito pela voz dos e das estudantes.

O Bloco propõe

- > Abertura de um processo de reforma curricular e revisão de programas, com a participação de professores e professoras, estudantes, academia e organizações da sociedade civil mais relevantes em cada área, envolvendo o ensino superior para assegurar a necessária reforma na formação de docentes;
- > Transição para um modelo de gestão democrático promovendo um modelo de gestão escolar democrático, com autonomia, participação e responsabilização de todos os setores;
- > Iniciar a discussão para a revisão dos mega agrupamentos;
- > Debater a organização por ciclos. Portugal tem o primeiro ciclo mais curto da Europa, decorrente de lógicas anacrónicas. A este debate tem de ser associado o debate sobre a formação contínua específica de professores e professoras;
- > Reversão da municipalização e implementação de novo modelo de descentralização com base na real autonomia das escolas;
- > Revisão do estatuto do aluno, entendendo que o mesmo além de valorizar a participação e os direitos dos estudantes, deve ser pensado no sentido de promover a responsabilização de todo/as pelo bem-estar de todos os elementos da comunidade educativa, com a valorização de uma cultura de respeito pela dignidade, de tolerância e de solidariedade;
- > Apoiar a participação dos jovens e das associações estudantis numa política de decisão

partilhada, como princípio democrático;

> Revisão do modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componentes de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) de modo a valorizar as atividades lúdicas, após a componente letiva dos alunos, combatendo a sua excessiva curricularização e a precariedade dos vínculos dos profissionais;

> Dotar as AEC, CAF e AAAF dos meios necessários para dinamizar as suas atividades em espaços de enriquecimento educativo, como património natural ou cultural, possibilitando o enriquecimento das experiências educativas fora do espaço escolar.

15.2. Sustentabilidade de uma Escola inclusiva de qualidade

Quase meio século depois de Abril, apesar de enormes progressos, e de um grande impulso de democratização do acesso à Educação e modernização, a escola portuguesa continua sujeita a investimento insuficiente e a um constante diminuir de recursos que urge contrariar.

O orçamento para 2024, ao atribuir apenas 2,9% do PIB à Educação vem dar continuidade a esta política de desinvestimento, situando-se muito longe dos 6% preconizados pela UNESCO e pela OCDE. Mesmo juntando a despesa com o pré-escolar e com o ensino superior, perfaz 4,3% apenas. Em Portugal já chegou aos 4% no início do século XXI e, neste momento, está em valores semelhantes aos da década oitenta do século XX.

A provar esta dificuldade em fazer da escola um instrumento de igualdade, está a diferença social das taxas de insucesso, em que, segundo estudos do próprio Ministério da Educação, há taxas de sucesso inferiores a 20% nos alunos com ação social escolar em certos distritos, como Lisboa e Setúbal, e graus de ensino.

A sustentar esta tese estão vários relatórios elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e pelo o Tribunal de Contas, que são demolidores das políticas educativas dos últimos seis anos. As críticas são essencialmente sobre o desenho, implementação e monitorização dos diferentes planos adotados pelo ME classificadas como insuficientes na conceção e incoerentes entre si.

Se os manuais escolares gratuitos foram um primeiro passo, é necessário, agora, reforçar a ação social escolar e dotar as escolas de recursos humanos, materiais, equipamentos informáticos e uma rede de internet adequada e que responda às necessidades das escolas. É em ambiente escolar que as carências sócio familiares são detetadas. Com a atual crise, a escola precisa de reforçar as respostas concretas às dificuldades das famílias que interferem nas aprendizagens dos alunos e alunas.

A Escola tem de ser dotada de meios e condições para ser uma escola inclusiva, capaz de acolher a diversidade de quem a procura, e de ter respostas para jovens em situação de abandono escolar, em 2023 mais de 200 mil (CONFIRMAR), e que veem o seu direito à Educação negado ou mitigado. A escola tem de ser o espaço da democracia que garante a igualdade no acesso e na frequência a todas as pessoas, para que a integração profissional e

social futura possam ser garantidas.

A necessidade de recuperar aprendizagens após a pandemia ficou-se por um programa incipiente de curta duração, sem os devidos recursos necessários para acautelar o apoio compensatório e o acompanhamento continuado das consequências na aprendizagem, na socialização, no desenvolvimento pessoal e na saúde mental.

Portugal é um dos países da UE onde as crianças e jovens passam mais tempo em instituições ou amas, nomeadamente mais horas em creche até aos três anos, bem como na escola básica e secundária em geral (sete a oito horas diárias em média, mais dez por semana que a média europeia). O primeiro ciclo tem uma das médias mais altas de horas passadas em contexto de sala de aula dos alunos na Europa, em detrimento de um maior acompanhamento e participação ativa da família na educação e crescimento dos jovens e das comunidades.

No 1.º ano do ensino básico é frequente encontrar um número considerável de alunos que iniciam a escolaridade com 5 anos, quando ainda tinham tanto para aprender a brincar, saltar, partilhar e ver. O desajustamento da idade aos conteúdos traduz-se em dificuldades de aprendizagem que podem ter repercussões no percurso escolar.

Uma educação inclusiva constrói-se também pela capacitação dos atores e pela qualificação da escola pública em todos os patamares e dimensões, quer em termos pedagógicos, organizacionais e de gestão, como também na formação docente e dos assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa), bem como no investimento em recursos, constituindo-se num espaço onde todos partilham os mesmos valores.

Por seu lado, o decreto de inclusão, aprovado em meados de 2018, veio também evidenciar a necessidade de capacitar todos os atores e reforçar as escolas com mais docentes especializados, assistentes operacionais, pessoal técnico, nomeadamente, profissionais da psicologia, terapeutas, mediadores e mediadoras, animadores e animadoras culturais, tutores e tutoras, entre outras pessoas, para trabalharem em conjunto com todas as comunidades e com todos os docentes e alunos, tendo ou não diversidade funcional.

É, pois, necessário ter bem presente a falta de investimento, da qual decorre a falta de auxiliares de ação educativa, psicólogos, terapeutas, entre outras profissões, que coloca em risco a Escola Pública e o direito à Educação, consignado na CRP.

Por fim, não pode haver educação inclusiva que não responda à persistência do analfabetismo em Portugal. O analfabetismo, a iliteracia e a baixa escolaridade permanecem em níveis preocupantes no nosso país. Há ainda 300 mil pessoas analfabetas literais em Portugal. Por isso, é necessário considerar formas de erradicar de vez o analfabetismo, fenómeno persistente na nossa sociedade, sobretudo nos meios rurais e entre as mulheres

No quadro da Educação Permanente e do que pode ser designado como o direito à escolaridade, é fundamental assegurar que os adultos que abandonaram a escola precocemente, tenham a possibilidade de completar os 12 anos de escolaridade dentro do sistema educativo português.

O Bloco propõe

- > Um investimento sério na educação nunca poderá ser abaixo de 6% do PIB, como vem sendo reivindicado pelos sindicatos.

- > Revisão da organização dos ciclos e do calendário escolar;

- > Debater a necessidade de manter os exames nacionais e as provas nacionais de 9.º ano ou em qualquer outro ciclo de ensino;

- > Realização das provas de aferição por amostragem em que seja o sistema o avaliado;

- > Redução dos alunos por turma;

- > Gratuitidade dos manuais escolares;

- > Gratuitidade de equipamentos informáticos e de acesso a rede de internet, garantindo a sua manutenção e efetivo funcionamento;

- > Reforço da ação social escolar;

- > Reforço da rede de bibliotecas escolares;

- > Reforço de materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos com necessidades especiais e específicas;

- > Gestão pública das cantinas escolares;

- > Alargamento do ensino articulado e das respostas públicas de ensino artístico;

- > Apenas poderão ser inscritos no 1.º ciclo alunos com 6 anos feitos até à data da matrícula. Os casos excecionais devem ser propostos pelos docentes do pré-escolar com concordância dos docentes do 1.º ciclo, equipa técnica e encarregados de educação.

- > Debater o tempo de permanência das crianças e jovens portugueses em instituições ou escolas, no âmbito de um reforço do papel da parentalidade, pela possibilidade dos pais, tutores e cuidadores de crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo poderem optar por horários de trabalho reduzidos, sem prejuízo de seus direitos laborais ou redução salarial.

- > Revisão do programa escola a tempo inteiro

- > Reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas, com recursos humanos adequados, nomeadamente docentes especializados, assistentes operacionais com formação e dedicados, contratação direta de equipas técnicas e alargamento da rede de unidades especializadas.

- > Reforço de psicólogos escolares, tendo em conta os aspetos de saúde mental verificados em todos os níveis de ensino, bem como de apoio ao percurso escolar;

> Garantir que os valores e as regras de uma educação inclusiva sejam efetivamente universais, abrangendo todas as respostas formativas para quaisquer idades, quer seja creches, primeira infância ou ensino básico públicos ou privados; ensino profissional de qualquer tutela, instituições ou respostas específicas de educação para adultos com deficiência, ou outras; garantindo condições de acesso em igualdade, independente das circunstâncias individuais, ou desvantagens dos alunos.

> Criar opções para a educação de adultos que passem pelo ensino a distância, pós-laboral e com a possibilidade de, através da prestação de provas, dispensar a assiduidade;

> Dotar as escolas de respostas diferenciadas efetivas, como as Unidades Especializadas, equipas multidisciplinares, e formação contínua de docentes e não docentes neste âmbito, que permitam uma educação inclusiva independente da severidade das barreiras funcionais ou desenvolvimentais;

> Dotar as escolas de meios humanos e recursos materiais que permitam o acolhimento e a efetiva integração de filhos de migrantes, independentemente do país de origem, de acordo com as necessidades decorrentes da diversidade linguística, cultural, religiosa ou fatores socioeconómicos;

> Criar respostas e recursos efetivos de apoio aos alunos PLNM, que devem beneficiar de um momento propedêutico para aquisição da língua portuguesa;

> Rever o estatuto dos atuais Assistentes Operacionais, retomando a especificidade dos Auxiliares de Ação Educativa, criando carreiras dignas de Técnico de Ação Educativa, com acesso a formação decorrente da sua função essencial de acompanhamento direto de crianças e jovens nos seus processos educativos e de socialização, nas diferentes dimensões e espaços da escola.

> Revisão da portaria de rácios e recuperação da especificidade funcional do pessoal não docente;

> Criação, na escola pública, de cursos pós-laborais dirigidos aos adultos que pretendam melhorar a sua escolaridade;

> Adoção de uma estratégia descentralizada de erradicação do analfabetismo;

> Desenvolver um programa integrado adequado de educação/ formação ao longo da vida.

15.3. A falta de professores exige investimento nas carreiras e condições de trabalho.

O recurso a habilitações próprias, estagiários e jovens sem licenciatura completa, corresponde a um retrocesso, que vai colocar em risco a qualidade do ensino, desvalorizar a profissão e criar uma escola pública desigual de serviços mínimos. Baixar as habilitações para a docência e dar aulas sem licenciatura não podem ser uma

resposta à falta de professores. Até dezembro de 2023 já havia 3100 pessoas a lecionar, mais do que a totalidade do ano anterior.

A classe docente em Portugal é a mais envelhecida da União Europeia com uma média de idades de cerca de 50 anos. Apenas 1,7% dos professores do 3º ciclo tem menos de 30 anos e mais de 57,2% dos docentes do 2º ciclo já tem mais de 50 anos.

A idade já é o principal fator de afastamento de docentes, além da doença e exaustão. Em 2023 reformaram-se mais de 3.500 docentes, mais 50% que no ano anterior, estimando-se que mais de metade do total de 150 mil se reforme até 2030.

As medidas tomadas neste último ano, devido em grande parte à contestação generalizada dos professores, pouco adiantam efetivamente em termos de valorização das carreiras, combate aos altos índices de precariedade, tendo deixado por concretizar a recuperação integral e universal do tempo de serviço prestado.

O cenário de desvalorização da carreira docente agravou-se nos últimos anos, com os professores a ganharem muito abaixo do tempo efetivamente trabalhado. Tendo havido descongelamento das carreiras da Administração Pública, negou-se o direito à contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão, apesar da disponibilidade dos sindicatos para negociar soluções faseadas e mitigadas. Na sequência das apreciações parlamentares apresentadas por vários partidos, a direita recuou e o bloco central impediu a recuperação da carreira.

À desvalorização sistemática da carreira docente corresponde a diminuição do número de estudantes interessados nos cursos que formam para o ensino. De acordo com a OCDE, Portugal é dos países em que menos jovens dizem querer vir a ser professores e professoras e não foi acautelado que se formavam docentes suficientes.

Apesar da luta a que assistimos no último ano letivo pela recuperação desse tempo de serviço e pela qualificação da escola pública, o governo do PS, valendo-se da sua maioria absoluta, travou todas as tentativas do BE (e mesmo de outros partidos) para que se efetivasse essa recuperação. Não atendeu sequer à disponibilização dos sindicatos para que a recuperação fosse feita de forma faseada. Neste momento, existe uma desigualdade entre o continente e as regiões autónomas onde o tempo de serviço já foi recuperado, incluindo o tempo de transição entre carreiras, e permitindo que esses docentes ao virem trabalhar para o continente estejam num escalão muito superior apesar de terem o mesmo tempo de serviço).

Apesar dos esforços do Bloco de Esquerda, o PS e o PSD recusaram a recuperação do tempo de serviço dos professores, o fim das vagas no 4º e 6º escalões, a revisão de uma Avaliação de Desempenho injusta, ou o regresso das escolas a um modelo democrático de gestão. Também têm recusado, ou com o voto ou por incumprimento das resoluções da Assembleia da República a renovação de muitas escolas degradadas e ainda com amianto.

O reforço da Escola Pública e da Educação passa obrigatoriamente pela valorização da carreira dos docentes e dos não docentes. É urgente lançar mão de medidas que resolvam, no momento atual, a falta de professores e de professoras. Este problema agravar-se-á no futuro se não

forem adotadas as soluções estruturais e coerentes que a Escola Pública e a Educação exigem.

O envelhecimento da classe docente representa um risco para a sustentabilidade da Escola Pública e é um fator negativo para o desenvolvimento económico do país, havendo a urgência de um Programa Especial de Rejuvenescimento do Corpo Docente, combinando uma aposta na formação inicial e no regresso de professores e professoras precários (11 mil) que abandonaram o sistema com o acesso à aposentação antecipada, ou abandonaram a profissão. Desta forma é possível preparar a renovação geracional a uma década, evitando a saída abrupta de quase metade do corpo docente e acautelando a entrada atempada de novos professores e professoras.

O Bloco propõe

a) Medidas para recuperar a atratividade da profissão docente e acabar com a precariedade;

- > Defender a proposta dos sindicatos, a consideração, ao longo de uma transição faseada, de todo o tempo ainda não incluído, considerando medidas mitigadoras do impacto orçamental;
- > Reposicionar todos os professores na carreira a partir da contagem integral do tempo de serviço, tendo como único critério o tempo de serviço e a graduação profissional;
- > Remover os obstáculos à progressão na carreira, nomeadamente na passagem para os 5.º e 7.º escalões, eliminando as vagas impostas à mudança de escalão;
- > Promover a entrada imediata na carreira aos professores e professoras com 3 contratos em horários completos;
- > Antecipar e otimizar os concursos, melhorando a organização escolar e a vida familiar dos docentes;
- > Acabar com condições de trabalho irrealistas e a burocracia em excesso, respeitando os horários de trabalho e as normas de Higiene e Segurança no Trabalho - incluindo a prevenção de impactos na saúde a curto, médio e longo prazo;
- > Considerar como horário completo e para efeitos de Segurança Social todos os que tenham sido colocados como incompletos até ao dia 31 de dezembro, e para efeitos de fim de contrato (até 31 de agosto), garantindo o acesso ao subsídio de desemprego;
- > Recuperar e manter na Caixa Geral de Aposentações todos os docentes;
- > Considerar apenas dois intervalos para efeitos de concurso nas reservas de recrutamento;
- > Definir apoios concretos aos professores e professoras contratados colocados fora da sua área de residência, nomeadamente, subsídio de deslocação e apoio financeiro na segunda residência e acesso a vagas nas creches e escolas de qualquer ciclo para os filhos de professores e professoras;

> Rever os escalões e o tempo de permanência de modo a que seja possível chegar ao topo da carreira e permitir reformas condignas;

b) Programa Especial de Rejuvenescimento do Corpo Docente: Recuperar os professores com profissionalização que desistiram (cerca de 11 mil) e rejuvenescer a profissão

> Melhoria da formação inicial e contínua, bem como alteração do sistema de avaliação de desempenho, da sua subjetividade e injustiças.

> Baixar a idade de aposentação voluntária e criar regime específico considerando o desgaste rápido da profissão.

> Regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores com idade próxima da reforma (medida de adesão voluntária e que deve incluir a possibilidade de reconversão de tempo de serviço ainda não contabilizado em antecipação da reforma)

> Incentivo à contratação e vinculação dos docentes por contrato correspondendo a necessidades permanentes (incluindo a revisão da norma travão);

> Apostar na formação inicial e no regresso de docentes que abandonaram o sistema.

c) Medidas para criar justiça no horário laboral e aumentar a oferta de horários completos nas reservas de recrutamento:

> Considerar as reduções ao abrigo do Art.º 79 na componente do trabalho individual e recuperar a profissão como sendo de desgaste rápido

> Considerar todas as tarefas docentes exclusivamente como componente letiva e terminar com a designação de componente não letiva

> Igualdade de horários para todos os docentes e recuperar os horários de 22 horas (em vez das 25) e os cálculos por tempos em vez de minutos

> Aplicar o artigo 79.º do ECD de mesmo modo em todos os níveis de ensino

> todas as reuniões e atividades extra-letivas fora das 22 horas são remuneradas como horas extraordinárias.

15.4. Tirar do pântano o programa de requalificação das escolas públicas

O país confronta-se hoje com um parque escolar que põe em causa a qualidade da educação. Cerca de um terço das escolas secundárias públicas (173 de um total de 526) foram renovadas, mas a falta de recursos financeiros deu origem ao atraso ou à suspensão do investimento previsto nas restantes. Com o processo de municipalização, a responsabilidade pelo edificado tem dupla tutela o que dificulta a reabilitação e a manutenção, incluindo a remoção do amianto.

Muitas das escolas secundárias e a maioria das escolas básicas não tiveram as intervenções necessárias ao longo dos anos, um terço do total, segundo a Comissão Europeia. O desinvestimento também se fez sentir neste âmbito, sendo evidente a falta de um plano

nacional de recuperação dos restantes edifícios escolares, bem como de outros recursos materiais essenciais às exigências das dimensões do Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória.

Estão em causa a saúde, a higiene, a segurança, as condições de trabalho e o conforto, incluindo o conforto térmico, de centenas de milhares de alunos e alunas, docentes e trabalhadores e trabalhadoras, assim como a qualidade da educação em Portugal.

Com a entrada em vigor do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, que contempla as diferentes dimensões do ser humano, evidencia-se a necessidade de dotar as escolas de equipamentos e recursos físicos para que tal possa acontecer com qualidade para todos..

O Bloco propõe

> Adoção de um programa de requalificação dos edifícios escolares, bem como para a remoção total do amianto;

> Tornar os edifícios eficientes energeticamente;

> Tornar os edifícios inclusivos, quer em termos de acessibilidade, quer na adaptação de balneários e wc que permitam a privacidade e o respeito pela individualidade;

> Dotar as escolas de condições de climatização e conforto, bem como espaços adequados às necessidades educacionais e sociais para o bem-estar de quem as frequenta;

> Dotar as escolas de equipamentos e espaços na área das artes, das expressões, da criatividade, da ciência, do desporto, do espetáculo, com bibliotecas escolares de qualidade, espaços de formação, condições para eventos, entre outros investimentos para a sua qualificação;

> As despesas de capital correspondem a menos de 2% do orçamento total da educação em Portugal, o que deixa muito pouco para as obras necessárias. É necessário um plano de investimento com calendário e prioridades definidas. Sem projetos de luxo, a cada escola deve ser dada autonomia para identificar as suas necessidades de requalificação e manutenção dos edifícios escolares;

15.5. Inclusão na primeira infância e a urgência de uma educação desde o primeiro ano de vida

A educação dos 0 aos 3 anos é um direito fundamental, cuja prioridade deve ser educativa, de modo a ser uma oferta de qualidade na formação pessoal e promotora da igualdade. A educação inclusiva começa na primeira infância. Em Portugal, as creches não estão inseridas no sistema educativo de ensino público e integram o setor privado, incluindo o setor social (IPSS).

Desde 2022 funciona em Portugal o programa “Creche Feliz”, que tornou gratuitas as creches

do setor solidário e privado, onde não haja resposta. Não sendo generalizada com abertura significativa de vagas, mantém elevadas listas de espera devido a um aumento da procura dada a gratuitidade anunciada. A taxa de cobertura em 2021 era de 53% (Carta Social MTSSS), muito aquém das necessidades.

Em vez de consagrar a Educação desde o 1º ano de vida na Lei de Bases e tornar a resposta universal, o Estado prefere subsidiar o setor privado e social, mantendo um caráter assistencial na resposta com desigualdades na oferta ao longo do país e não dando resposta suficiente devido à enorme procura.

As creches são ainda vistas como assistência às famílias e não no quadro dos direitos da infância, o que contribui para desresponsabilizar o Estado e promove as desigualdades. Por outro lado, o elevado número de horas em instituição ou amas, o maior da UE, levanta questões de apoio familiar e parentalidade.

Com o alargamento anunciado deste programa às creches municipais, continua a não haver uma resposta pública universal e generalizada de pendor educacional, mantendo-se uma visão de cariz assistencial na dependência da Segurança Social, onde as carreiras dos educadores de infância não são equiparadas ao público.

Também a rede do ensino pré-escolar ainda não dá resposta à totalidade da população a partir dos 3 anos, havendo listas de espera e dificuldades de acesso, numa altura em que aumenta o número de crianças.

A Intervenção Precoce da Infância, fundamental para uma intervenção eficaz, o mais precoce possível, deve igualmente estar focada em respostas públicas educativas.

O Bloco propõe

- > Inclusão das creches (0-3 anos) no sistema educativo, garantindo a gratuitidade, a universalidade e prioridade educativa de qualidade;
- > Incrementar fortemente a articulação entre os 3 ministérios responsáveis pela Intervenção Precoce, não apenas dos 3 aos 5, mas sobretudo dos 0 aos 3 anos de idade, com recursos financeiros e humanos a cada um atribuído;
- > Programa para a criação de uma rede nacional de creches públicas com cobertura nacional, começando com abertura de 120 mil vagas;
- > Garantir o acesso gratuito efetivo e universal ao ensino pré-escolar com a abertura de mais salas de Jardins de Infância, face ao aumento da procura;
- > Garantir um serviço de intervenção precoce para a infância verdadeiramente inclusivo, com cobertura universal, reforço de equipas multidisciplinares dedicadas e capacitadas, onde a prioridade seja educativa, com responsabilidade e gestão públicas e dotada dos investimentos necessários, que reflitam o caráter prioritário da intervenção atempada e, por isso, mais eficaz.

> Integrar a carreira dos Educadores de Infância das creches, na carreira docente dos restantes profissionais.

15.6. Ensino Profissional não pode ser o “filho enjeitado”

É necessário repensar completamente o modelo atual do ensino profissional. Neste momento, o único objetivo que em que ele é realmente eficaz é permitir a alunos que teriam muitas dificuldades em completar o ensino secundário nos cursos científicos humanísticos tenham acesso ao diploma do 12.º ano e que concluam a escolaridade obrigatória. Não obstante os casos pontuais de sucesso na inserção do mundo do trabalho para os jovens que os concluem, a larga maioria não tira qualquer proveito profissional imediato da sua frequência nem prossegue estudos.

O Ensino Profissional, criado em 1990, é das medidas de política educativa mais perenes no sistema educativo português. É também possível que seja uma das medidas mais importantes da nossa democracia, uma vez que correspondeu à necessidade de dar resposta a jovens que de outro modo não prosseguiriam estudos após a conclusão do 9.º ano de escolaridade.

Nessa medida, o Ensino Profissional tem vindo a formar técnicos em diferentes áreas, num esforço digno de registo.

Permite que jovens prossigam os seus estudos sem ser no designado ensino regular, que, essencialmente é uma etapa preparatória para o ensino superior, numa vertente mais técnica e profissionalizante, mantendo a possibilidade de prosseguir estudos na universidade.

Com a entrada em vigor do DL 74/2004, a partir do ano letivo 2004/2005, as escolas secundárias passaram a incluir na sua oferta formativa os cursos profissionais. Estes cursos vieram de alguma forma substituir os cursos tecnológicos, que eram já parte integrante desta oferta formativa desde a década anterior.

Esta substituição, no entanto, não significou uma continuidade dentro do mesmo paradigma. Enquanto os cursos tecnológicos tinham herdado dos chamados cursos científico-humanísticos a organização dentro do meio escolar (a avaliação por períodos, a calendarização do ano letivo, o regime de faltas, entre outros), os cursos profissionais trouxeram a realidade das escolas profissionais para as escolas secundárias, que acabaram por tornar esta oferta numa “escola dentro da escola”.

Dentro deste quadro, o ensino profissional, praticamente desde a sua criação, foi tratado sempre como “o filho enjeitado” das escolas secundárias. Prova disso serão, por exemplo, o chamado Estatuto do Aluno (DL 51/2012), que na prática ignora o ensino profissional, chegando ao cúmulo de remeter para o regulamento interno das escolas a gestão das exclusões por excesso de faltas; ou ainda os programas da maior parte das disciplinas, criados no ano letivo 2004/05 e que nunca foram atualizados; culminando na estrutura curricular dos cursos, quase intocada ao fim de 17 anos, tendo sido alterada apenas para aumentar o número de horas de Formação em Contexto de Trabalho.

Além destas questões, é urgente rever alguns dos problemas que a experiência acumulada, quer em escolas públicas quer em escolas privadas, mostram estar a prejudicar tanto as escolas que oferecem os cursos, como os alunos que os frequentam:

É inegável que os cursos profissionais contribuíram e continuam a contribuir de forma decisiva para diminuir o abandono escolar. Dados da DGEEC [ATUALIZAR] mostram que 62% dos alunos que entraram no ensino profissional em 2016/2017 concluíram o curso após 3 anos letivos, contra 34,8% no ensino secundário. No entanto, dificilmente se pode correlacionar a conclusão de um curso do ensino profissional com a aquisição real de competências para a entrada no mundo do trabalho.

Desde logo, a escolha de um curso profissional para os jovens que concluem o 9.º ano está fortemente condicionada à oferta “permitida” pelo Ministério da Educação na sua área de residência. Os ciclos de formação dos mesmos cursos repetem-se nos mesmos locais, mesmo que o tecido comercial e industrial da região onde o Agrupamento se insere já tenha esgotado a sua capacidade de absorver esta mão-de-obra especializada e com grandes obstáculos à criação de novas ofertas.

O Bloco propõe

> Revisão das matrizes curriculares dos cursos profissionais, com contributos de profissionais ligados às áreas de formação. Em concreto, propomos menos disciplinas, menor carga horária total e reformulação da formação em contexto de trabalho.

> Racionalização da oferta dos cursos, não em função exclusivamente dos seus custos, mas mais em conformidade com os desejos das escolas, dos saberes tradicionais, das especificidades locais e dos tecidos empresariais das regiões e dos alunos. A atualização destas escolhas deve ser prospetiva, isto é, ter em conta a previsão da evolução económica e do mercado de emprego regional, nacional e europeu para 2030 e 2050.

> Tornar possível que os alunos se candidatem a uma vaga num curso profissional em qualquer zona do país, e não apenas na sua área de residência.

> Criação de alojamento estudantil suportado pelo Estado para os estudantes que se pretendam deslocar para outra região do país para a frequência de cursos que não existam na sua área de residência habitual, ou sistema de bolsas que compensem as despesas inerentes a deslocação e, ou, estadia.

15.7. Manter o Ensino de Português no Estrangeiro no Instituto Camões, desrespeita a diáspora.

Enquanto o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) definha, os docentes estão abandonados à sua sorte e em vias de extinção com salários desajustados à realidade dos países em que exercem atividade, o que causa instabilidade profissional e de emprego, inexistência de uma carreira, difíceis condições de trabalho falta de apoio por parte de alguns consulados e um regime jurídico que tarda em ser revisto, apesar da promessa dos governantes.

O problema do EPE agravou-se com a passagem para o Instituto Camões, que pouco ou nada valoriza esta componente que já pertenceu ao sistema educativo português e é um sintoma de falta de atenção aos portugueses, sobretudo às crianças e jovens portugueses que estão na diáspora.

A rede de cursos, inicialmente a cargo do ME, começou pela Europa tendo mais tarde sido alargada à África do Sul. Até 2010/11, altura em que a tutela do sistema passou a pertencer ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, e MNE havia cerca de mil professores em exercício e a frequência dos cursos era gratuita, sendo apenas necessário pagar os manuais, como também sucedia em Portugal. O número total de alunos ultrapassava os 91 mil.

Desde 2012 que o número de professores em EPE tem vindo a diminuir, assim como o número de alunos que o frequentam. Com a mudança de tutela para o CICL/ MNE iniciou-se a degradação do sistema, primeiro com um despedimento em massa de 49 professores em 2012/13, o que originou encerramento de cursos e redução do número de alunos.

Em 2013 tem lugar a introdução de uma taxa de frequência de 100 euros anuais, a chamada propina, o número de alunos passou de 54.083 para 45.220.

A passagem também obrigatória do ensino do Português Língua Materna, de origem ou identitária, para ensino unicamente de Português Língua Estrangeira, conferindo-lhe um estatuto de inferioridade, com manuais também obrigatórios dessa vertente, levou mais uma vez a que muitos alunos deixassem de frequentar os cursos, devido ao desagrado dos encarregados de educação que, obviamente, não querem ser considerados estrangeiros. É neste ponto que reside a demonstração da falta de consideração pelas famílias portuguesas na diáspora, se se pensar que estes trabalhadores, muitos altamente qualificados, um dia irão regressar ao seu país.

Atualmente a nível mundial no EPE existem apenas 281 lugares docentes com horário completo (22 horas), sendo que o número de alunos pouco ultrapassa os 40.000.

Os professores perderam também o direito de se candidatar a lugares docentes em escolas em Portugal em igualdade com os professores em território nacional, tendo sido remetidos primeiro para a 3ª prioridade, atualmente 2ª, o que lhes dificulta tanto a colocação como a vinculação.

Os professores do EPE, excetuando aqueles que já pertencem a Quadros de Escola ou Agrupamento em Portugal, são totalmente precários, dado no sistema não existir Quadro e a tutela recusar cumprir a diretriz europeia que confere a um trabalhador o direito a vincular após três anos de contratos sucessivos, conhecida como “norma- travão”.

Além destas ofertas na Europa há ainda escolas portuguesas nos PALOP, onde são colocados professores portugueses do quadro e também precários, a quem também não se aplica o mesmo regime concursal quando pretendem regressar ao território nacional.

O Bloco propõe

> A anulação do pagamento obrigatório da taxa ou propina, por inconstitucional, discriminatório e atentando contra o princípio da igualdade e Escola Pública e gratuita, dado o EPE ser legalmente um subsistema da dita.

> A gratuitidade dos manuais.

- > Melhoria da qualidade de ensino, evitando agrupar alunos de 3 e 4 níveis de escolaridade dentro de uma única turma, como atualmente sucede.
- > Ensino do Português como língua de origem ou identitária e também da História e Geografia de Portugal, atualmente não lecionadas por apenas ser permitida a vertente PLE.
- > Criação de um Quadro de Professores no EPE, com possibilidade de vinculação tanto no sistema como em Portugal, com recuperação da igualdade com os professores nos processos concursais em território nacional.
- > O regresso do EPE ao Ministério da Educação

15.8. Acesso justo ao Ensino Superior, sem exames nem rankings

Desde meados da década de 90, com o advento dos Exames Nacionais do Ensino Secundário e a extinção das provas de ingresso, foi atribuída ao ensino secundário uma responsabilidade que, à partida, não deveria ser sua: a realização dos exames nacionais com vista ao ingresso no ensino superior.

Por outro lado, a divulgação dos rankings das escolas há mais de 20 anos, tem contribuído para destacar as escolas privadas, o que pode configurar uma estratégia de marketing que desprestigia a Escola Pública e enaltece o ensino privado.

A realização de exames nacionais com vista à conclusão do ensino secundário e ao ingresso no ensino superior merece um debate sério sobre as suas virtualidades e sobre o modo prepotente e dirigista como são implementados pelo Instituto de Avaliação (IAVE).

Por um lado, é atribuída à escola a função de aplicar os exames que servem para seriar alunos com vista ao ingresso no ensino superior. No quadro da escolaridade de 12 anos, isto significa que os últimos três são dedicados quase exclusivamente à preparação para esses exames.

Por outro lado, ano após ano, as exigências burocráticas e procedimentais do IAVE colocam desafios organizacionais às escolas, o que é visível no calendário escolar que se define em função da realização dos exames. Além dos enormes recursos humanos e físicos que mobilizam, para os anos em que não há este tipo de avaliação, o período de interrupção de aulas nos meses de verão torna-se demasiado longo. Acrescenta-se ainda a recente resolução do IAVE de aumentar o número de dias entre a primeira e segunda chamada, o que mantém ao serviço professores vigilantes e professores corretores até inícios de agosto e que são cada vez menos os alunos que optam pela segunda época, devido a alterações concursais. Os critérios de implementação e de organização aplicam-se às provas de aferição, que passam a adquirir a mesma natureza, não sendo propriamente exames.

Além dos elevados custos humanos, seja de professores, seja de assistentes operacionais, que nunca foram calculados, há ainda a acrescentar os custos de elaboração das provas e da sua distribuição por todo o território nacional e em simultâneo, já que o custo da sua correção foi abolido desde a intervenção da troika.

Ainda assim, poderíamos adotar a visão de que os exames permitiriam debelar as desigualdades entre as escolas e aferir a qualidade do ensino prestado aos nossos jovens. Mas faltam evidências empíricas, além dos estudos que indicam que os alunos da escola pública têm melhor desempenho que os das escolas privadas embora entrem com médias mais baixas.

O Bloco propõe

- > Debater sobre a abolição de todos os exames nacionais de todos os níveis de ensino, mantendo as provas de ingresso até que possa ser estudado um modelo que não condicione e penalize o funcionamento das escolas;
- > Distinguir entre a conclusão do secundário e o acesso à universidade, no sentido de não condicionar os três anos do ensino secundário ao ingresso no ensino superior;
- > Desenhar novas formas de ingresso no ensino superior em colaboração com as universidades;
- > Sejam propostas datas para a realização das provas de ingresso (algumas ou todas) que não sobrecarreguem ainda mais a escola e os professores de modo a não prolongar o ano letivo;
- > Fim da divulgação pública dos resultados dos exames nacionais, vulgo, rankings das escolas.

Grupo de Trabalho de Educação, 13 dezembro de 2023

(ANEXOS a seguir)

Quadro síntese das propostas do BE

(texto de introdução de cada capítulo e propostas para uma leitura rápida)

15. Escola Pública pilar de liberdade e igualdade

15.1. Uma Escola Pública de Todos, com Todos e para Todos.

O Bloco de Esquerda apresenta um programa que tem como objetivo ultrapassar as ideias feitas sobre Educação, valorizando as diferentes dinâmicas de educação formal, informal e não formal que acontecem ao longo da vida, nas diferentes instituições e espaços sociais, culturais e educativos. A escola não é um mero reflexo do que a rodeia, é, sim, um sistema evolutivo e dinâmico, que tem de pensar a Educação de um ponto de vista emancipatório, reconhecendo o seu potencial libertador e de transformação.

O Bloco propõe

- > Abertura de um processo de reforma curricular e revisão de programas, com a participação de professores e professoras, estudantes, academia e organizações da sociedade civil mais relevantes em cada área, envolvendo o ensino superior para assegurar a necessária reforma na formação de docentes;
- > Transição para um modelo de gestão democrático promovendo um modelo de gestão escolar democrático, com autonomia, participação e responsabilização de todos os setores;
- > Iniciar a discussão para a revisão dos mega agrupamentos;
- > Debater a organização por ciclos. Portugal tem o primeiro ciclo mais curto da Europa, decorrente de lógicas anacrónicas. A este debate tem de ser associado o debate sobre a formação contínua específica de professores e professoras;
- > Reversão da municipalização e implementação de novo modelo de descentralização com base na real autonomia das escolas;
- > Revisão do estatuto do aluno, entendendo que o mesmo além de valorizar a participação e os direitos dos estudantes, deve ser pensado no sentido de promover a responsabilização de todo/as pelo bem-estar de todos os elementos da comunidade educativa, com a valorização de uma cultura de respeito pela dignidade, de tolerância e de solidariedade;
- > Apoiar a participação dos jovens e das associações estudantis numa política de decisão partilhada, como princípio democrático;
- > Revisão do modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componentes de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) de modo a valorizar as atividades lúdicas, após a componente letiva dos alunos, combatendo a sua excessiva curricularização e a precariedade dos vínculos dos profissionais;
- > Dotar as AEC, CAF e AAAF dos meios necessários para dinamizar as suas atividades em espaços de enriquecimento educativo, como património natural ou cultural, possibilitando o enriquecimento das experiências educativas fora do espaço escolar.

15.2. Sustentabilidade de uma Escola inclusiva de qualidade.

Quase meio século depois de Abril, apesar de enormes progressos, e de um grande impulso de democratização do acesso à Educação e modernização, a escola portuguesa continua sujeita a investimento insuficiente e a um constante diminuir de recursos que urge contrariar.

O Bloco propõe

- > Um investimento sério na educação nunca poderá ser abaixo de 6% do PIB, como vem sendo reivindicado pelos sindicatos.
- > Revisão da organização dos ciclos e do calendário escolar;
- > Debater a necessidade de manter os exames nacionais e as provas nacionais de 9.º ano ou em qualquer outro ciclo;
- > Realização das provas de aferição por amostragem em que seja o sistema o avaliado;
- > Redução dos alunos por turma;
- > Gratuitidade dos manuais escolares;
- > Gratuitidade de equipamentos informáticos e de acesso a rede de internet, garantindo a sua manutenção e efetivo funcionamento;
- > Reforço da ação social escolar;
- > Reforço da rede de bibliotecas escolares;
- > Reforço de materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos com necessidades especiais e específicas;
- > Gestão pública das cantinas escolares;
- > Alargamento do ensino articulado e das respostas públicas de ensino artístico;
- > Apenas poderão ser inscritos no 1.º ciclo alunos com 6 anos feitos até à data da matrícula. Os casos excecionais devem ser propostos pelos docentes do pré-escolar com concordância dos docentes do 1.º ciclo, equipa técnica e pais.
- > Debater o tempo de permanência das crianças e jovens portugueses em instituições, no âmbito de um reforço do papel da parentalidade, pela possibilidade dos pais, tutores e cuidadores de crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo poderem optar por horários de trabalho reduzidos, sem prejuízo de seus direitos laborais ou redução salarial.
- > Revisão do programa escola a tempo inteiro
 - > Reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas, com recursos humanos adequados, nomeadamente docentes especializados, assistentes operacionais com formação e dedicados, contratação direta de equipas técnicas e alargamento da rede de unidades especializadas.
 - > Reforço de psicólogos escolares, tendo em conta os aspetos de saúde mental verificados em todos os níveis de ensino, bem como de apoio ao percurso escolar;
 - > Garantir que os valores e as regras de uma educação inclusiva sejam efetivamente universais, abrangendo todas as respostas formativas para quaisquer idades, quer seja creches, primeira infância ou ensino básico públicos ou privados; ensino profissional de qualquer tutela, instituições ou respostas específicas de educação para adultos com deficiência, ou outras; garantindo condições de acesso em igualdade, independente das circunstâncias individuais, ou desvantagens dos alunos.
 - > Criar opções para a educação de adultos que passem pelo ensino a distância, pós-laboral e com a possibilidade de, através da prestação de provas, dispensar a assiduidade;
 - > Dotar as escolas de respostas diferenciadas efetivas, como as Unidades Especializadas, equipas multidisciplinares, e formação contínua de docentes e não docentes neste âmbito, que permitam uma educação inclusiva independente da severidade das barreiras funcionais ou desenvolvimentais;
 - > Dotar as escolas de meios humanos e recursos materiais que permitam o acolhimento e a efetiva integração de filhos de migrantes, independentemente do país de origem, de acordo com as necessidades decorrentes da diversidade linguística, cultural, religiosa ou fatores socioeconómicos;
 - > Criar respostas e recursos efetivos de apoio aos alunos PLNM, que devem beneficiar de um momento propedêutico para aquisição da língua portuguesa;
 - > Rever o estatuto dos atuais Assistentes Operacionais, retomando a especificidade dos Auxiliares de Ação Educativa, criando carreiras dignas de Técnico de Ação Educativa, com acesso a formação decorrente da sua função essencial de acompanhamento direto de crianças e jovens nos seus processos educativos e de socialização, nas diferentes dimensões e espaços da escola.
 - > Revisão da portaria de rácios e recuperação da especificidade funcional do pessoal não docente;
 - > Criação, na escola pública, de cursos pós-laborais dirigidos a adultos que pretendam melhorar a sua escolaridade;
 - > Adoção de uma estratégia descentralizada de erradicação do analfabetismo;
 - > Desenvolver um programa integrado adequado de educação/ formação ao longo da vida.

15.3. A falta de professores exige investimento nas carreiras e condições de trabalho.

O recurso a habilitações próprias, estagiários e jovens sem licenciatura completa, corresponde a um retrocesso, que vai colocar em risco a qualidade do ensino, desvalorizar a profissão e criar uma escola pública desigual de serviços mínimos. Baixar as habilitações para a docência e dar aulas sem licenciatura não podem ser uma resposta à falta de professores. Até dezembro de 2023 já havia 3100 pessoas a lecionar, mais do que a totalidade do ano anterior.

O Bloco propõe

a. Medidas para recuperar a atratividade da profissão docente e acabar com a precariedade;

- > Defender a proposta dos sindicatos, a consideração, ao longo de uma transição faseada, de todo o tempo ainda não incluído, considerando medidas mitigadoras do impacto orçamental;
- > Reposicionar todos os professores na carreira a partir da contagem integral do tempo de serviço, tendo como único critério o tempo de serviço e a graduação profissional;
- > Remover os obstáculos à progressão na carreira, nomeadamente na passagem para os 5.º e 7.º escalões, eliminando as vagas impostas à mudança de escalão;
- > Promover a entrada imediata na carreira aos professores com 3 contratos em horários completos;
- > Antecipar e otimizar os concursos, melhorando a organização escolar e a vida familiar dos docentes;
- > Acabar com condições de trabalho irrealistas e a burocracia em excesso, respeitando os horários de trabalho e as normas de Higiene e Segurança no Trabalho - incluindo a prevenção de impactos na saúde a curto, médio e longo prazo;
- > Considerar como horário completo e para efeitos de Segurança Social todos os que tenham sido colocados como incompletos até ao dia 31 de dezembro, e para efeitos de fim de contrato (até 31 de agosto), garantindo o acesso ao subsídio de desemprego;
- > Recuperar e manter na Caixa Geral de Aposentações todos os docentes;
- > Considerar apenas dois intervalos para efeitos de concurso nas reservas de recrutamento;
- > Definir apoios concretos aos professores e professoras contratados colocados fora da sua área de residência, nomeadamente, subsídio de deslocação e apoio financeiro na segunda residência e acesso a vagas nas creches e escolas de qualquer ciclo para os filhos de professores e professoras;
- > Rever os escalões e o tempo de permanência de modo a que seja possível chegar ao topo da carreira e permitir reformas condignas;

b. Programa Especial de Rejuvenescimento do Corpo Docente: Recuperar os professores com profissionalização que desistiram (cerca de 11 mil) e rejuvenescer a profissão

- > Melhoria da formação inicial e contínua, bem como alteração do sistema de avaliação de desempenho, da sua subjetividade e injustiças.
- > Baixar a idade de aposentação voluntária e criar regime específico considerando o desgaste rápido da profissão.
- > Regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores com idade próxima da reforma (medida de adesão voluntária e que deve incluir a possibilidade de reconversão de tempo de serviço ainda não contabilizado em antecipação da reforma)
- > Incentivo à contratação e vinculação dos docentes por contrato correspondendo a necessidades permanentes (incluindo a revisão da norma travão);
- > Apostar na formação inicial e no regresso de docentes que abandonaram o sistema.

c. Medidas para criar justiça no horário laboral e aumentar a oferta de horários completos nas reservas de recrutamento:

- > Considerar as reduções ao abrigo do Art.º 79 na componente do trabalho individual e recuperar a profissão como sendo de desgaste rápido
- > Considerar todas as tarefas docentes exclusivamente como componente letiva e terminar com a designação de componente não letiva
- > Igualdade de horários para todos os docentes e recuperar os horários de 22 horas (em vez das 25) e os cálculos por tempos em vez de minutos
- > Considerar o artigo 79.º do ECD para todos os níveis de ensino
- > Todas as reuniões e atividades extra-letivas fora das 22 horas são remuneradas como horas extraordinárias.

15.4. Tirar do pântano o programa de requalificação das escolas públicas.

O país confronta-se hoje com um parque escolar que põe em causa a qualidade da educação. Cerca de um terço das escolas secundárias públicas (173 de um total de 526) foram renovadas, mas a falta de recursos financeiros deu origem ao atraso ou à suspensão do investimento previsto nas restantes. Com o processo de municipalização, a responsabilidade pelo edificado tem dupla tutela o que dificulta a reabilitação e a manutenção, incluindo a remoção do amianto.

O Bloco propõe

- > Adoção de um programa de requalificação dos edifícios escolares, bem como para a remoção total do amianto;
- > Tornar os edifícios eficientes energeticamente;
- > Tornar os edifícios inclusivos, quer em termos de acessibilidade, quer na adaptação de balneários e wc que permitam a privacidade e o respeito pela individualidade;
- > Dotar as escolas de condições de climatização e conforto, bem como espaços adequados às necessidades educacionais e sociais para o bem-estar de quem as frequenta;
- > Dotar as escolas de equipamentos e espaços na área das artes, das expressões, da criatividade, da ciência, do desporto, do espetáculo, com bibliotecas escolares de qualidade, espaços de formação, condições para eventos, entre outros investimentos para a sua qualificação;
- > As despesas de capital correspondem a menos de 2% do orçamento total da educação em Portugal, o que deixa muito pouco para as obras necessárias. É necessário um plano de investimento com calendário e prioridades definidas. Sem projetos de luxo, a cada escola deve ser dada autonomia para identificar as suas necessidades de requalificação e manutenção dos edifícios escolares;

15.5. Inclusão na primeira infância e a urgência de uma educação desde o 1º ano de vida.

A educação dos 0 aos 3 anos é um direito fundamental, cuja prioridade deve ser educativa, de modo a ser uma oferta de qualidade na formação pessoal e promotora da igualdade. A educação inclusiva começa na primeira infância. Em Portugal, as creches não estão inseridas no sistema educativo de ensino público e integram o setor privado, incluindo o setor social (IPSS).

O Bloco propõe

- > Inclusão das creches (0-3 anos) no sistema educativo, garantindo a gratuitidade, a universalidade e prioridade educativa de qualidade;
- > Incrementar fortemente a articulação entre os 3 ministérios responsáveis pela Intervenção Precoce, não apenas dos 3 aos 5, mas sobretudo dos 0 aos 3 anos de idade, com recursos financeiros e humanos a cada um atribuído;
- > Programa para a criação de uma rede nacional de creches públicas com cobertura nacional, começando com abertura de 120 mil vagas;
- > Garantir o acesso gratuito efetivo e universal ao ensino pré-escolar com a abertura de mais salas de Jardins de Infância, face ao aumento da procura;
- > Garantir um serviço de intervenção precoce para a infância verdadeiramente inclusivo, com cobertura universal, reforço de equipas multidisciplinares dedicadas e capacitadas, onde a prioridade seja educativa, com responsabilidade e gestão públicas e dotada dos investimentos necessários, que reflitam o carácter prioritário da intervenção atempada e, por isso, mais eficaz.
- > Integrar a carreira dos Educadores de Infância das creches, na carreira docente dos restantes profissionais.

15.6. Ensino Profissional não pode ser o “filho enjeitado”.

É necessário repensar completamente o modelo atual do ensino profissional. Neste momento, o único objetivo que em que ele é realmente eficaz é permitir a alunos que teriam muitas dificuldades em completar o ensino secundário nos cursos científicos humanísticos tenham acesso ao diploma do 12.º ano e que concluam a escolaridade obrigatória. Não obstante os casos pontuais de sucesso na inserção do mundo do trabalho para os jovens que os concluem, a larga maioria não tira qualquer proveito profissional imediato da sua frequência nem prossegue estudos.

O Bloco propõe

- > Revisão das matrizes curriculares dos cursos profissionais, com contributos de profissionais ligados às áreas. Em concreto, propomos menos disciplinas, menor carga horária e reformulação da formação em contexto de trabalho.
- > Racionalização da oferta dos cursos, não em função exclusivamente dos seus custos, mas mais em conformidade com os desejos das escolas, dos saberes tradicionais, das especificidades locais e dos tecidos empresariais das regiões e dos alunos. A atualização destas escolhas deve ser prospetiva, isto é, ter em conta a previsão da evolução económica e do mercado de emprego regional, nacional e europeu para 2030 e 2050.
- > Tornar possível que os alunos se candidatem a uma vaga num curso profissional em qualquer zona do país, e não apenas na sua área de residência.
- > Criação de alojamento estudantil suportado pelo Estado para os estudantes que se pretendam deslocar para outra região do país para a frequência de cursos que não existam na sua área de residência habitual, ou sistema de bolsas que compensem as despesas de deslocação e, ou, estadia.

15.7. Manter o Ensino de Português no Estrangeiro no Instituto Camões, desrespeita a diáspora.

Enquanto o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) definha, os docentes estão abandonados à sua sorte e em vias de extinção com salários desajustados à realidade dos países em que exercem atividade, o que causa instabilidade profissional e de emprego, inexistência de uma carreira, difíceis condições de trabalho falta de apoio por parte de alguns consulados e um regime jurídico que tarda em ser revisto, apesar da promessa dos governantes. O problema do EPE agravou-se com a passagem para o Instituto Camões, que pouco ou nada valoriza esta componente que já pertenceu ao sistema educativo português e é um sintoma de falta de atenção aos portugueses, sobretudo às crianças e jovens portugueses que estão na diáspora.

O Bloco propõe

- > A anulação do pagamento obrigatório da taxa ou propina, por inconstitucional, discriminatório e atentando contra o princípio da igualdade e Escola Pública e gratuita, dado o EPE ser legalmente um subsistema da dita.
- > A gratuidade dos manuais.
- > Melhoria da qualidade de ensino, evitando agrupar alunos de 3 e 4 níveis de escolaridade dentro de uma única turma, como atualmente sucede.
- > Ensino do Português como língua de origem ou identitária e também da História e Geografia de Portugal, atualmente não lecionadas por apenas ser permitida a vertente PLE.
- > Criação de um Quadro de Professores no EPE, com possibilidade de vinculação tanto no sistema como em Portugal, com recuperação da igualdade com os professores nos processos concursais em território nacional.
- > O regresso do EPE ao Ministério da Educação

15.8. Acesso justo ao Ensino Superior, sem exames nem rankings

Desde meados da década de 90, com o advento dos Exames Nacionais do Ensino Secundário e a extinção das provas de ingresso, foi atribuída ao ensino secundário uma responsabilidade que, à partida, não deveria ser sua: os exames nacionais com vista ao ingresso no ensino superior.

Por outro lado, a divulgação dos rankings das escolas há mais de 20 anos, tem contribuído para destacar as escolas privadas, o que pode configurar uma estratégia de marketing que desprestigia a Escola Pública e enaltece o ensino privado.

O Bloco propõe

- > Debater sobre a abolição de todos os exames nacionais de todos os níveis de ensino, mantendo as provas de ingresso até que possa ser estudado um modelo que não condicione e penalize o funcionamento das escolas;
- > Distinguir entre a conclusão do secundário e o acesso à universidade, no sentido de não condicionar os três anos do ensino secundário ao ingresso no ensino superior;
- > Desenhar novas formas de ingresso no ensino superior em colaboração com as universidades;
- > Sejam propostas datas para a realização das provas de ingresso (algumas ou todas) que não sobrearreguem ainda mais a escola e os professores de modo a não prolongar o ano letivo;
- > Fim da divulgação pública dos resultados dos exames nacionais, vulgo, rankings das escolas.